



**Público**

11-08-2019

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 31885

**Temática:** Sociedade

**Dimensão:** 1165 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 14

# Número de brasileiros com estatuto de igualdade duplica

Mais de 3000 conseguiram estatuto em 2018, mais do que em qualquer ano da última década. Raros são os alunos que assim conseguem ter propinas mais baixas, mas há outros benefícios para quem chega ao país

**Ensino superior**  
Samuel Silva

A entrada crescente de brasileiros no ensino superior nacional está a provocar uma corrida ao Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres (EIDD) entre cidadãos dos dois países. No último ano, praticamente duplicou a concessão dessa prerrogativa, definida no Tratado de Porto Seguro de 2000. O Estatuto do Estudante Internacional, aprovado há cinco anos, atraiu mais alunos do Brasil, mas ao mesmo tempo obriga-os a pagar propinas mais altas. Há, no entanto, outros benefícios para quem chega.

Em 2018, o EIDD foi atribuído a 3354 brasileiros, um crescimento de 93% face ao ano anterior. É o valor mais elevado desde 2009, ano mais no recuado no tempo para o qual o PÚBLICO dispõe dos dados. O ciclo de crescimento dos pedidos de estatuto de igualdade começa em 2015, um ano depois da entrada em vigor do Estatuto do Estudante Internacional – através do qual as instituições de ensino superior passaram a poder lançar concursos especiais para o ingresso de alunos estrangeiros.

Esta tendência não pode, por isso “ser dissociada da vinda para Portugal de estudantes de nacionalidade brasileira para frequência de instituições de ensino superior”, sublinha o SEF, no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo referente a 2018.

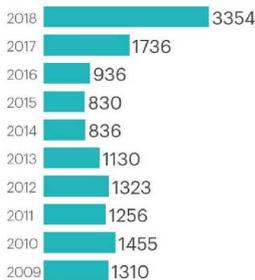
Rafael Firpo, que hoje preside à Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros (APEB) de Coimbra, pediu o estatuto em 2012, um ano depois de ter chegado a Portugal para tirar o mestrado. Assegura que o estatuto de igualdade “foi muito útil” no seu percurso académico. “É um documento oficial, igual ao cartão do cidadão, e isso facilita a nossa vida”, explica. Tem associados os números de utente e de Segurança Social, por exemplo, tornando mais simples o acesso aos serviços do Estado.

Além disso, o EIDD assegura aos brasileiros direitos laborais – podem trabalhar sem limitações horárias e aceder à função pública – e sociais. Para quem estuda, o mais relevante é a possibilidade de concorrerem às



Em 2018, o EIDD foi atribuído a 3354 brasileiros, um crescimento de 93% face ao ano anterior

Concessão do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres a Cidadãos Brasileiros



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - PÚBLICO

bolsas de Acção Social, destinadas a apoiar estudantes carenciados. Com o estatuto, os alunos do Brasil podem também concorrer às bolsas de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Porém, aquele que durante algum tempo foi o principal chamariz para que os estudantes bra-

sileiros solicitassem o EIDD, a possibilidade de pagarem propinas semelhantes às dos estudantes nacionais e por isso mais baixas, está praticamente vedado. “Hoje, as pessoas já sabem que isso é extremamente difícil”, defende Rafael Firpo.

As propinas anuais para os alunos que ingressam ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional variam entre os 2000 euros e os 7000 euros. Para os portugueses, a propina máxima de licenciatura vai baixar de 1068 para 856 euros anuais no próximo ano. O mesmo Estatuto do Estudante Internacional implica que quem entre por este contingente especial tenha de manter as mesmas condições até ao final do curso (ver texto ao lado). Se quiserem realmente pagar as propinas ao preço dos portugueses, os estudantes brasileiros têm de entrar no ensino superior através do concurso nacional de acesso, em competição com a generalidade dos estudantes que completam o ensino secundário em Portugal. E para isso têm de fazer os exames nacionais de acesso.

O Ministério da Educação não dis-

põe de dados agregados por nacionalidade relativamente aos inscritos nos exames nacionais. Há, segundo algumas instituições, um número “residual” de estudantes estrangeiros que optam por suspender os seus cursos e fazer os exames nacionais, reenrtrando no ensino superior. “Do ponto de vista financeiro, vale a pena esse esforço”, comenta o reitor da Universidade de Coimbra, onde há 2000 estudantes brasileiros inscritos, alguns dos quais entraram no concurso nacional de acesso já depois de terem chegado a Portugal para estudar.

No ano lectivo 2017/18, havia 16.281 brasileiros inscritos nas instituições de ensino superior nacionais. Os brasileiros estão em maioria entre os que fizeram o secundário no estrangeiro e estão a estudar em instituições de ensino superior nacional. São 39% dos alunos nesta situação. A segunda e terceira nacionalidades mais representadas aparecem a grande distância: 11,4% dos estudantes são angolanos e 9,3% chegam de Cabo Verde.

samuel.silva@publico.pt

## Justiça não deu razão a estudantes

A tentativa de pagar menos propinas, invocando o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres entre portugueses e brasileiros, chegou a tribunal no ano passado, mas o desfecho não foi favorável a cerca de uma dezena de estudantes da Universidade de Coimbra que colocaram processos contra a instituição. As decisões judiciais foram contrárias em todos os processos que tentavam garantir que os cursos de quem chega do Brasil custavam o mesmo que aos estudantes nacionais.

No primeiro trimestre do ano passado, a Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros (APEB) em Coimbra lançou um manifesto e um abaixo-assinado contra as propinas consideravelmente mais elevadas pagas pelos brasileiros — 7000 euros anuais, ao passo que aos portugueses são cobrados pouco mais de 1000 euros.

Na altura, vários estudantes interpueram processos judiciais, tentando garantir em tribunal o reconhecimento de que a igualdade de direitos abrangia também as propinas. “As decisões foram todas desfavoráveis”, explica Rafael Firpo, actual presidente da APEB. Isto, porque a lei estabelece que um aluno que entre no ensino superior ao abrigo do Estatuto do Estudante Internacional, que é aquele a que recorre a generalidade dos brasileiros, tem de manter essa qualidade até ao final do respectivo curso.